

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL
Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	IGAM - MG	Thiago Figueiredo Santana	Titular	Justificou	
	IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
02	SIMA (SSRH)	Luiz Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ)	Titular	Presente	
		André Luiz Sanchez Navarro (Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ e Coordenador da CT-PB)	Titular	Justificou	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
		Adilson José Rossini	Suplente	Ausente	
03	Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli	Titular	Ausente	
		Luiz Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Ausente	
		Mara Regina S. Ramos	Suplente	Ausente	
04	Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior	Titular	Justificou	
		Alexandre Roberto Seabra Dutra	Titular	Presente	
	Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek	Suplente	Ausente	
		Ana Maria Leme da Silva Sampaio	Suplente	Ausente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Denis Herisson da Silva	Titular	Ausente	
		Gustavo Ferraz de Arruda Vieira	Titular	Ausente	
	CODASP	Thomas Henrique da Cunha Daroz	Suplente	Presente	
		Oswaldo Minoru Yamamoto	Suplente	Ausente	
06	Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Ausente	
		Marcos César Prado	Titular	Ausente	
	DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia	Suplente	Presente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
07	P. M. de Limeira	Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
		Paulo Trigo Ferreira	Titular	Presente	
	P. M. de Campinas	Jonas Donizete Ferreira	Suplente	Ausente	
		Rogério Menezes	Suplente	Presente	
08	P.M. de Saltinho	Carlos Alberto Lisi	Titular	Ausente	
		Ariella Machado de Oliveira Montebello (Coordenadora da CT-SA)	Titular	Presente	
	P. M. de Cabreúva	Henrique Martin	Suplente	Ausente	
		Rosimeire Rabelo Santos Timporim	Suplente	Presente	
09	P. M. de São Pedro	Hélio Donizete Zanatta	Titular	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P.M. de Santa Maria da Serra	Narciso Benedito Bistafa	Suplente	Ausente	
		Persão Magossi	Suplente	Ausente	
10	P. M. de Itatiba	Douglas Augusto Pinheiro de Oliveira	Titular	Ausente	
		José Roberto Fumach	Titular	Ausente	
	P. M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
11	P. M. de Holambra	Fernando Fiori de Godoy	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P. M. de Amparo	Luiz Oscar Vitale Jacob	Suplente	Ausente	
		Laura Petri Geraldino	Suplente	Presente	
12	P. M. de Toledo	Édio Donizeti Leme	Titular	Ausente	
		Damião Aparecido do Couto	Titular	Presente	
	P. M. de Camanducaia	Edmar Cassalho Moreira Dias	Suplente	Ausente	
		Ariane Cristina da Silva	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
		Paulo Roberto S. Tinel (Coordenador-adjunto da CT-MH)	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL
Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

14	SABESP	Antônio Carlos Teixeira	Titular	Presente	
		Maurício Polezi	Titular	Justificou	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Ricardo Miranda Barcia Filho	Suplente	Ausente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella (Coordenador da CT-MH)	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Ausente	
16	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Campinas	Luis Fernando Amaral Binda	Titular	Ausente	
	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (Coordenador da CT-Rural)	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas	Titular	Ausente	
		Heloísa Bertoli	Titular	Ausente	
	COPASA	Cristiane Godoy de Salles	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
20	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
		Gilda Carneiro Ferreira	Titular	Ausente	
	IPSA-C	Waldemar Bóbbio	Suplente	Presente	
21	Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi (Coordenador-adjunto da CT-ID)	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto (Coordenador-adjunto da CT-SA)	Titular	Presente	
	AEJ	Luiz Carlos Piccione	Suplente	Presente	
23	IPE	Andrea Pupo Bartazini	Titular	Presente	
	Mackenzie (Campinas)	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente	p/ João Carlos Gabriel
			Luciano de Assis	Suplente	Ausente
24	BIOSS	Aguardando indicação	Titular	Ausente	
	Circuito Serras Verdes	Aguardando indicação	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto

Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia F. R. Vieira	Coordenadora	Presente
	DRE Piracicaba	Fernando César Grion	Coordenador-adjunto	Presente
CT-ID	EESC/USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
CT-Indústria	CIESP DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
CT-MH	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	Secretário	Presente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenador	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Tarciani Benedita Baia Santos	Secretária	Presente
CT-RN	IZ	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
CT-Rural	SR de Limeira	Nilton Piccin	Coordenador-adjunto	Presente

Demais presentes

Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera (Diretor-presidente)
	Ivens de Oliveira (Diretor Administrativo e Financeiro)
	Eduardo Cuoco Léo
	Elaine Franco de Campos
	Katia Rossi Gotardi Piccin
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Camila Amaral de Moraes

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL) Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

	Juliana Franco Ustulin
	Juliana Prado Guilmo
	Rodolfo Bassani
	Rebeca Cristine Ferreira da Silva
AEJ	Jaime Ramiro
CETESB	Amanda Maria Tavares Hossoni
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
DAEE	Viviane Arantes
	Teresa Cristina Moura Penteado
Movimento Resgate o Cambuí	Antonio Cássio Lopes
	Maria Cabral
SABESP	Nilton de Santana
	Eduardo Conselheiro
SIMA (SMA)	Laura Stela Naliato Perez

1. Pauta e abertura: A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 30/08/19. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Coordenador da CT-PL e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e agradeceu a Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) pela cessão do espaço. **2. Informes:** **2.1. da Secretaria Executiva dos Comitês:** O Sr. Moretti informou que: **a)** A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ recebeu em 12 de agosto carta do Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), comunicando o seu desligamento das atividades no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1) e do Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ FEDERAL), bem como de suas funções como secretário-executivo do CBH-PJ1. O Sr. Sidney atuou como secretário-executivo do CBH-PJ1 desde 2017, mas devido compromissos de trabalho precisou afastar-se do cargo. Assim, no dia 12 de setembro, durante a 3ª Reunião Ordinária do CBH-PJ1, será realizada eleição para a escolha de novo secretário-executivo daquele comitê; **b)** No dia 13 de agosto foi realizada a 1ª Reunião de Coordenadores das Câmaras Técnicas, após a reunião de renovação das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, ocorrida em Piracicaba/SP, no dia 18 de julho. A reunião contou com a participação dos coordenadores, coordenadores-adjuntos e secretários, recém-eleitos ou reconduzidos para o mandato 2019-2021, onde foi apresentado o

cômputo de membros das CTs para esse novo mandato, bem como orientações relacionadas à condução dos trabalhos e trocas de experiências; **c)** A partir da proposta trazida pela Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) de criação de um Regimento Interno para esta CT, a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), durante sua 75ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de julho, em Rio Claro/SP, decidiu ampliar a proposta para as demais CTs, constituindo Grupo de Trabalho para discutir e elaborar uma minuta de Regimento Geral para todas CTs, a ser analisado pela CT-PL e encaminhado para aprovação dos plenários. O GT-Regimento terá sua primeira reunião no dia 19 de setembro; **d)** Entre os dias 14 e 16 de agosto, ocorreu em São Pedro/SP, a 17ª edição do Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, organizado pelos comitês de bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. O evento teve como tema “Todos pela Água” e contou com uma programação diversa de palestras, *cases* de sucesso e “café e prosa” sobre a temática da Educação Ambiental. Como atividades concomitantes, ocorreram o VI Encontro Estadual de Câmaras Técnicas de Educação Ambiental e a 1ª Reunião Ordinária do Fórum Paulista de Comitês de Bacias de 2019; **e)** O Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE) publicou nesta quinta-feira, 29 de agosto, no Diário Oficial, norma que estabelece as características técnicas e as especificações mínimas de equipamentos e instalações de medidores hidrométricos em território paulista. A Portaria nº 4.676/2019 altera o inciso I do artigo 4º e o art. 5º da Portaria DAEE nº 5.578, de 5 de outubro de 2018, que

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

- 75 versa sobre condições e procedimentos para a
instalação e a operação de equipamentos
medidores de vazões e volumes de água captados
ou derivados, relacionados com outorgas de
direito de uso de recursos hídricos ou sua
dispensa. O texto atualizou a Instrução Técnica
80 nº 14, que estabelece técnicas e as especificações
mínimas dos equipamentos e instalação de
medidores hidrométricos, elaborada pela
Diretoria de Procedimentos de Outorga e
85 Fiscalização (IT-DPO); **f)** Foram também
elaboradas pelo DAEE duas portarias que tratam
de consequências aos usuários em razão de
inadimplência no pagamento da cobrança pelo de
uso de recursos hídricos. Tratam-se da Portaria
90 DAEE nº 4.905, que define os procedimentos que
disciplinam a fiscalização de usos e interferências
em recursos hídricos de domínio do Estado de
São Paulo, bem como o enquadramento das
infrações e as respectivas penalidades, e da
95 Portaria DAEE nº 4.906, que estabelece as
condições e procedimentos a serem adotados para
o cumprimento da Lei nº 12.183/2005, que
dispõe sobre a suspensão e revogação de
outorgas de direito de recursos hídricos em
função do não-pagamento da cobrança pela
100 utilização dos recursos hídricos do domínio do
Estado de São Paulo. As portarias serão
publicadas ainda no mês de setembro; **g)** Nos
dias 28 e 29 de agosto foram realizadas reuniões
105 intercâmaras com todas as CTs para discussão
sobre as minutas dos Cadernos Temáticos em
elaboração no âmbito da revisão do Plano de
Bacias PCJ. O Sr. Moretti reiterou o
agradecimento ao Centro de Indústrias do Estado
110 de São Paulo – Diretoria Regional de Jundiaí
(CIESP DR Jundiaí) pela cessão do espaço para a
realização das reuniões. **h)** Nos dias 16 e 17 de
outubro serão realizadas audiências públicas para
discutir as versões preliminares dos Cadernos
115 Temáticos em elaboração no âmbito da revisão
do Plano de Bacias das Bacias PCJ, abertas a
toda a população, com o objetivo de receber
contribuições relacionadas aos documentos. As
reuniões ocorrerão nas cidades de Piracicaba/SP
120 e Camanducaia/MG. Mais informações sobre
data e local dos eventos podem ser encontradas
no site dos Comitês PCJ
(<http://www.comitespcj.org.br>); **i)** Serão
apresentadas durante a 3ª Reunião Ordinária do
125 CBH-PJ1, os resultados obtidos na elaboração do
Sumário Executivo sobre a parcela mineira das
Bacias PCJ, que integra a revisão do Plano das
Bacias PCJ. A reunião será realizada no Instituto
Estadual de Florestas (IEF) em
130 Camanducaia/MG, em 12 de outubro; **j)** Foi
eleita a nova coordenação do GT-Mananciais
para o mandato 2019-2021, durante a 34ª
Reunião Ordinária do grupo de trabalho. O GT-
Mananciais foi constituído no âmbito da Política
135 de Recuperação, Conservação e Proteção de
Mananciais compreendendo inicialmente a
atuação integrada entre as Câmaras Técnicas de
Conservação e Proteção dos Recursos Naturais
(CT-RN) e de Uso e Conservação da Água no
140 Meio Rural (CT-Rural). Foram eleitos para
compor a Coordenação do GT: o Sr. Henrique
Bellinaso, representante da Coordenadoria de
Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS),
para coordenador, a Srª. Meire Menezes Bassan,
145 representante da Prefeitura Municipal de Limeira,
como coordenadora-adjunta e o Sr. João José
Assumpção de Abreu Demarchi, representante do
Instituto de Zootecnia (IZ) e da Agência Paulista
de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), para o
150 cargo de secretário; **k)** Foi publicado, em 03
setembro, pelo Presidente da República, o
Decreto nº 10.000/2019, que dispõe sobre o
Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão
consultivo e deliberativo, integrante da estrutura
155 regimental do Ministério do Desenvolvimento
Regional, com a finalidade de reorganizar suas
funções e estrutura. O Sr. Moretti recomendou
aos membros que procurem se informar sobre o
Decreto. **2.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr.
160 Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera,
Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ
que informou que: **a)** No dia 04 de setembro, na
sede da Agência das Bacias PCJ, foi realizada
reunião com representantes de 15 municípios que
165 compõem a bacia hidrográfica do Rio Capivari,
da Diretoria e da Coordenação de Projetos da
Agência das Bacias PC, da Câmara Técnica de
Saneamento e da Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ, além de outros órgãos, para
170 discutir sobre a elaboração do termo de
referência e a contratação do Plano Diretor de
Macro drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio
Capivari. Foi apresentada e discutida a minuta do
termo de referência que norteará a elaboração do
175 plano, o qual objetiva caracterizar as causas das
inundações ocorridas nas zonas urbanas dos
municípios da região e apresentar propostas de
implantação de ações estruturais e não estruturais

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

180 para o controle de cheias; **b)** A Diretoria da
Agência das Bacias PCJ vem participando de
sessões da Câmara Municipal de Piracicaba
acompanhando a tramitação do projeto de lei que
autoriza a doação de um terreno, situado no
Parque Tecnológico de Piracicaba, para a
185 construção de uma sede própria para a Agência
das Bacias PCJ, além de prestar esclarecimentos
quanto à importância das ações que desempenha
enquanto entidade delegatária das funções de
Agência de Água e de Agência de Bacias junto
190 aos Comitês PCJ. A doação de terreno foi
aprovada em 1ª instância durante sessão realizada
no dia 02 de setembro e aguarda aprovação em 2ª
instância, a ser analisada na próxima sessão, em
09 de setembro; **c)** No dia 1º de novembro será
195 realizada reunião festiva em comemoração aos 10
anos da Fundação Agência das Bacias PCJ. A
cerimônia será realizada no Parque Tecnológico
de Piracicaba/SP, local onde será futuramente
construída a nova sede da Agência e contará com
200 a presença da equipe de colaboradores,
representantes dos Conselhos Deliberativo e
Fiscal da Agência, dentre outros convidados; **d)**
No âmbito da atuação do GT-Mananciais (CT-
RN e CT-Rural), no dia 31 de agosto, foi
205 realizada a entrega dos Projetos Individuais de
Propriedade (PIPs) para 30 (trinta) proprietários
rurais cujas propriedades estão incluídas nas
microbacias do Córrego Boa Vista, em
Charqueada, e do Córrego Água Branca, em São
210 Pedro. O Projeto Mananciais Charqueada/São
Pedro tem como um dos parceiros a ONG SOS
Mata Atlântica, que participará da segunda fase
do projeto com o plantio de meio milhão de
árvores para a restauração florestal em algumas
215 áreas das propriedades. Mais informações no site
da Agência das Bacias PCJ; **e)** A Agência das
Bacias PCJ recebeu a visita do assessor
estratégico da Presidência da Caixa Econômica
Federal, Sr. Celso Leonardo Barbosa, e de outros
220 representantes da instituição, para discussão
acerca da criação de um programa de
financiamento oneroso com recursos da
Cobrança Federal; **f)** Em 17 de setembro ocorrerá
em Piracicaba/SP evento promovido pelo
225 Instituto Trata Brasil sobre *cases* de sucesso em
saneamento básico. O evento receberá
representantes dos municípios que estão
posicionados no topo do ranking de saneamento
do Instituto Trata Brasil, bem como municípios
230 menores que têm bons indicadores de

abastecimento de água, coleta e tratamento dos
esgotos, além de agências reguladoras
consideradas exemplares pelos profissionais do
setor. Após o debate, os municípios, um deles
235 Piracicaba, bem como as agências reguladoras,
receberão um prêmio pelos trabalhos em prol do
saneamento básico. Mais informações sobre
inscrições e participação podem ser obtidas no
site do Instituto Trata Brasil; **g)** O Sr. Ivens de
240 Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da
Agência das Bacias PCJ informou que durante o
mês de agosto de 2019, participou de duas
reuniões em outros Comitês de Bacias,
representando a Agência das Bacias PCJ e os
245 Comitês PCJ. Uma delas foi a Reunião
Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio Doce (CBH-Doce), em Governador
Valadares (MG), em 20 de agosto. Na ocasião,
apresentou experiências de sucesso implantadas
250 na Agência das Bacias PCJ, com o objetivo de
colaborar com o aprimoramento dos processos do
Comitê e da entidade delegatária, o IBIO.
Também em agosto, no dia 07, em Criciúma/SC
participou, juntamente com o secretário-
255 executivo do Consórcio PCJ, Sr. Francisco
Lahóz, como palestrante no 3º Diálogo entre
Bacias Hidrográficas do Extremo Sul
Catarinense, cujo tema foi “Água e Saneamento
para todos: Pactos de Gestão”. Na ocasião,
260 ministrou palestra sobre o funcionamento da
gestão nas Bacias PCJ, destacando as principais
ações da Agência e dos Comitês na área de
saneamento básico. Também destacou o sistema
de sustentabilidade corporativa adotado pela
265 entidade e a adesão da Agência das Bacias PCJ
ao Pacto Global da Organização das Nações
Unidas; **h)** A Srª. Katia Rossi Gotardi Piccin,
Coordenadora de Gestão da Agência das Bacias
PCJ, informou que a Agência, por meio da
270 Coordenação de Gestão, iniciará um trabalho de
orientação e sensibilização dos membros dos
Comitês PCJ para a difusão de informações sobre
a Agência das Bacias PCJ. A iniciativa busca
atender a indicadores constantes no Contrato de
275 Gestão nº 003/ANA/2011 e seus termos aditivos,
referente à delegação das funções de Agência de
Água à Fundação Agência das Bacias PCJ, e
subsidiar a discussão a ser realizada nos
próximos meses sobre a aprovação pelo plenário
280 dos Comitês PCJ sobre a renovação da Agência
PCJ como entidade delegatária das funções de
Agência de Água, a ser realizada em dezembro

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

de2019, face ao vencimento do Contrato de
Gestão nº 003/ANA/2011 com a Agência
285 Nacional de Águas (ANA) no final de 2020.
Nesse sentido, foi elaborado conteúdo especial,
cujas orientações para acessá-lo serão passadas
pela equipe da Coordenação de Gestão, via
telefone ou e-mail. A Coordenação de Gestão se
290 colocou à disposição para quaisquer
esclarecimentos sobre esse assunto. **2.3. dos
Membros dos Comitês:** a) O Sr. Rodrigo Hajjar
Francisco, representante do Fórum das Américas
e dos Comitês PCJ no Fórum Nacional de
295 Comitês de Bacias Hidrográficas, trouxe
informes acerca do Encontro Nacional de
Comitês Bacias Hidrográficas (ENCOB).
Informou que neste ano a programação do evento
prevê 2 (duas) palestras a serem apresentadas por
300 representantes dos Comitês PCJ. Uma delas será
sobre “Planejamento Político Institucional nos
Comitês de Bacia: como estamos nos
fortalecendo no sistema” e a outra sobre
“Instrumentos de Gestão: Implementação,
305 Eficácia e Monitoramento – qual o papel dos
Comitês de Bacia”. Também será realizada
durante o evento, a eleição do colegiado
coordenador para o mandato 2019-2021; b) O Sr.
Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do
310 Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios
Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ),
apresentou informes acerca de eventos ocorridos
no âmbito de sua entidade. Informou que o
Consórcio promoveu, em 22 de agosto, o curso
315 “Ações de Contingenciamento para Eventos
Extremos – *Case* dos Piscinões Ecológicos e
Bacias de Retenção” no auditório do Colégio
Técnico de Limeira (COTIL/Unicamp), com
abordagem teórica e prática, além de visitas
320 técnicas a fim de discutir os impactos de eventos
hidrológicos extremos. Também informou sobre
a reunião do Grupo de Revitalização do Ribeirão
Quilombo, a ser realizada no dia 12 de setembro,
no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Nova
325 Odessa/SP, com o objetivo de verificar as ações
desenvolvidas de recuperação do curso d’água
desde o último encontro técnico e discutir os
desafios dos próximos passos rumo à sua
despoluição; c) O Sr. Rogério Menezes,
330 representante da Prefeitura Municipal de
Campinas/SP, agradeceu o apoio da Agência das
Bacias PCJ e do Consórcio PCJ para a realização
do II Fórum Brasil de Gestão Ambiental. O
evento ocorreu entre os dias 26 e 28 de junho, em
335 Campinas/SP, e contou com a participação de
cerca de 10.300 (dez mil e trezentas) pessoas,
com a representação de cerca de 500
(quinhentos) municípios. Também informou que,
tendo em vista que o evento é bienal, será
340 lançada uma revista eletrônica para troca de
experiências entre as entidades parceiras. **d) O**
Sr. Alexandre Luís Vilella, Coordenador da
Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico
(CT-MH) dos Comitês PCJ, informou que em 18
345 de setembro haverá um exercício simulando uma
situação de rompimento de barragem, para testar
o plano de contingência para essas situações. A
ação é de iniciativa da CPFL Renováveis e tem
como parceira a Defesa Civil, que a auxiliará na
350 abordagem com a população. Limeira/SP e
Americana/SP participarão do exercício. **3.**
Apreciação da Ata da 75ª Reunião Ordinária
da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)
e da Ata da 8ª Reunião Extraordinária
355 **Conjunta da CT-PL e CT-PB, realizada no**
Centro de Estudos Ambientais da UNESP
(CEA/UNESP), em Rio Claro/SP, em
05/07/2019: O Sr. Moretti questionou aos
membros sobre a necessidade de leitura das
referidas atas. As leituras foram dispensadas por
360 unanimidade e o Sr. Moretti abriu espaço para
manifestações sobre os conteúdos. Não havendo
manifestações, os conteúdos das atas foram
colocados em votação, sendo aprovados por
365 unanimidade, sem alterações. **4. Constituição do**
GT-Planejamento Estratégico dos Comitês
PCJ: O Sr. Moretti lembrou que a Fundação
Agência das Bacias PCJ celebrou com a Agência
Nacional de Águas (ANA) o Contrato de Gestão
370 nº 003/ANA/2011, para exercer as funções de
entidade delegatária de Agência de Água,
tornando-se responsável pelo gerenciamento dos
recursos financeiros advindos da cobrança
federal pelo uso dos recursos hídricos nas bacias
375 PCJ. Informou, também, que dentre as metas a
serem cumpridas no Segundo Termo Aditivo do
Contrato nº 003/ANA/2011 – Contrato de Gestão
– consta, em seu indicador 5 “Reconhecimento
social”, no item 5B, a “Elaboração de
380 planejamento estratégico dos Comitês PCJ”. Para
atendimento às metas do contrato de gestão e em
meio à crescente demanda pela
profissionalização dos processos e estruturas dos
comitês de bacias hidrográficas, foi contratada
385 consultoria especializada, por meio do Contrato
nº 033/2019, celebrado entre a Agência das

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

390 Bacias PCJ e a empresa WS Consultores, visando
à capacitação dos membros dos Comitês PCJ
sobre planejamento estratégico, desenvolvimento
das Declarações Corporativas de Missão, Visão
de Futuro e Valores, e realização de análise
SWOT dos Comitês PCJ. Para viabilizar a
participação e o desenvolvimento das atividades
propostas foi criado, no âmbito dos Comitês PCJ,
o Grupo de Trabalho de Planejamento
Estratégico (GT-Planejamento Estratégico) o
qual terá em sua composição membros indicados:
i) pelas onze Câmaras Técnicas temáticas, sendo
um titular e um suplente; ii) pela Câmara Técnica
de Planejamento, sendo um representante de cada
segmento, a saber: “Órgãos de Governo”,
“Municípios”, “Usuários de Recursos Hídricos” e
“Organizações Cívicas”; iii) um representante do
CBH-PJ1 e; iv) pela Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ. Além da composição
supramencionada, a Agência das Bacias PCJ
participará deste grupo como convidada. A
proposta de criação do GT-Planejamento
Estratégico foi apresentada durante a reunião de
Coordenações das Câmaras Técnicas, realizada
em Piracicaba/SP, em 13 de agosto, em que foi
solicitado às coordenações das CTs que
indicassem seus membros representantes titulares
e suplentes para a composição do grupo. Vista a
necessidade de complementação, com
representantes da Câmara Técnica de
Planejamento e do CBH-PJ1, após as explicações
iniciais, o Sr. Moretti questionou ao plenário da
CT-PL quanto ao interesse na participação do
GT-Planejamento Estratégico, para o
preenchimento das vagas por segmento, e aos
representantes do CBH-PJ1 presentes, quanto à
indicação de 1 (um) representante. Após diversas
manifestações para definição de cada uma das
vagas pretendidas, ficou decidido que comporão
o GT-Planejamento Estratégico, como membros,
os seguintes representantes: a) CT-PL –
segmento “Órgãos de governo”: Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA); b) CT-
PL – segmento “Municípios”: P. M. de Amparo;
c) CT-PL – segmento “Usuários de Recursos
Hídricos”: Associação Nacional dos Serviços
Municipais de Saneamento (ASSEMAE); d) CT-
PL – segmento “Org. Cívicas”: Associação Amigos
do Horto Florestal Navarro de Andrade
(AAMHOR); e) CBH-PJ1: P. M. de Toledo. Em
seguida, foi apresentada a agenda com a previsão
de datas para as reuniões do grupo de trabalho,

440 com reuniões previstas até o início de 2020,
nessa primeira fase, conforme segue: 1ª Reunião
do GT-Planejamento Estratégico: 13/09/19
(sexta-feira); 2ª Reunião: 02/10/19 (quarta-feira);
3ª Reunião: 14/10/19 (segunda-feira); 4ª
Reunião: 30/10/19 (quarta-feira); 5ª Reunião:
445 18/11/19 (segunda-feira); 6ª Reunião: 29/11/19
(sexta-feira); 7ª Reunião: 31/01/2020 (sexta-
feira); 8ª Reunião: 10/02/2020 (segunda-feira).
Ainda no âmbito do GT-Planejamento
Estratégico, para o ano de 2020, estão previstas
450 reuniões para apresentação e validação dos
resultados obtidos nessa primeira etapa para
todas as CTs, no final de fevereiro, na 78ª
Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
Planejamento, no início de março, e para os
plenários dos Comitês PCJ, em sua 25ª Reunião
455 Ordinária, ao final de março de 2020. **5.**
Alteração da redação do Inciso I, do Artigo 10
da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/2019,
de 28/06/2019, relativa à representação do
CBH-PCJ no Fórum Paulista de Comitês de
Bacias Hidrográficas - FPCBH: O Sr. Moretti
informou que a Deliberação Conjunta dos
Comitês PCJ nº 011/04, de 30/07/04, aprovou
normas para a participação de representantes dos
465 Comitês PCJ em outros colegiados com
atribuições na área de recursos hídricos e meio
ambiente. Tal deliberação prevê que a
representação dos Comitês PCJ poderá ser feita
pelos respectivos Presidentes, Vice-Presidentes e
470 Secretários-executivos e que, a pedido do
Presidente, ou por sua própria iniciativa, o
Plenário de cada Comitê poderá indicar outros
representantes para exercerem a função em seu
lugar. Dessa forma, a participação dos
475 representantes dos Comitês PCJ nos colegiados
externos tem sido realizada por meio da
indicação e aprovação pelo plenário, atendendo a
regras específicas e prazos definidos pelos
colegiados. Com a renovação do plenário e início
480 do mandato 2019-2021 dos Comitês PCJ, além
da posse dos representantes dos segmentos,
eleição e posse da diretoria dos Comitês PCJ e da
recomposição da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), foram realizadas as
485 indicações para os colegiados externos, tais como
Conselho Estadual de Mudanças Climáticas
(CMC), Fórum Paulista de Comitês de Bacias
Hidrográficas (FPCBH), Fórum Nacional de
Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) e
490 Rede Brasil de Organismos de Bacias (REBOB),

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

indicando-se representantes titulares e suplentes, membros do plenário, para representarem os Comitês PCJ em reuniões, encontros e demais eventos, conforme disposto no Artigo 10 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/19, aprovada na 23ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, em 28/06/19. Também informou que, no dia 14 de agosto, ocorreu a 1ª Reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH) de 2019, em São Pedro/SP, que teve como item de pauta a eleição de sua coordenação. Como forma de validar a candidatura para concorrer aos cargos da Coordenação do FPCBH, foi emitido o Ofício Comitês PCJ nº 116/19, de 14/08/19, assinado pelo presidente do CBH-PCJ, por meio do qual foram indicados os membros da diretoria do comitê paulista como representantes titulares no plenário do FPCBH, mantendo os representantes indicados na Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/19, de 28/06/19, como suplentes no FPCBH. O Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas é a instância colegiada formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente instituídos no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos existentes no território do Estado de São Paulo. Tendo em vista que o CBH-PCJ foi eleito, dentre os 21 (vinte e um) CBHs do Estado de São Paulo, para coordenar o Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, foi elaborada uma minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ, Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) na presente reunião, por meio da qual os presidentes dos Comitês PCJ aprovam alterações no Inciso I, do artigo 10, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/19, de 28/06/19, de forma a compatibilizá-lo com as indicações realizadas por meio do Ofício Comitês PCJ nº 116/19, de 14/08/19. Após os esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros para manifestações. Não havendo, submeteu a minuta de Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 327/2019, que altera a redação do Inciso I, do Artigo 10 da Deliberação dos Comitês PCJ nº 319/2019, de 28/06/2019, à votação, sendo esta aprovada por unanimidade. A mesma deverá ser posteriormente referendada pelo plenário na próxima reunião dos Comitês PCJ, prevista para dezembro de 2019. A partir desta eleição, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ passa a

desempenhar também as funções de Secretaria Executiva do Fórum Paulista. **6. Apreciação do Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê:** O Sr. Moretti informou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) trata-se de instrumento que estabelece diretrizes visando orientar a implementação da política de recursos hídricos no Estado de São Paulo. Apresenta um conjunto de metas a serem atingidas por meio da implementação dos Programas de Duração Continuada (PDCs), e inclui a previsão de investimentos e indicadores de acompanhamento das ações para avaliação da sua implantação. No PERH 2004-2007 são definidas as 7 (sete) regiões hidrográficas do Estado de São Paulo: Região Hidrográfica da Vertente Paulista do Rio Grande, Bacia do Paraíba do Sul, Região Hidrográfica da Vertente Litorânea, Região Hidrográfica da Vertente Paulista do Rio Paranapanema, Região Hidrográfica Aguapeí/Peixe, Região Hidrográfica de São José dos Dourados e Bacia do Rio Tietê. A região das Bacias PCJ, identificada como a UGRHI (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos) 5, com exceção da parcela do território mineiro, compõe, juntamente com outras 5 (cinco) UGRHIs paulistas, a Bacia do Rio Tietê. Considerando a importância para o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) da atuação conjunta dos comitês de bacias hidrográficas, o PERH 2016-2019, adotou a estratégia de agrupamento de CBHs e Municípios por Região Hidrográfica na metodologia de elaboração de seu Plano de Ação, prevendo a formalização de propostas a serem executadas regionalmente pelos comitês integrantes de cada uma das sete regiões supramencionadas. Em 2016, no âmbito da elaboração do PERH 2016-2019, os comitês da Bacia do Rio Tietê (CBH-AT – UGRHI 06; CBH-SMT – UGRHI 10; CBH-PCJ – UGRHI 05; CBH-TJ – UGRHI 13; CBH-TB – UGRHI 16; e CBH-BT – UGRHI 19) apresentaram propostas de ações conjuntas, incluindo uma intitulada “Elaboração de projeto para a estruturação e o fortalecimento da integração dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê”. Assim, foi realizado um encontro, em 2016, para discutir a possibilidade de estruturação de uma atuação integrada, com foco no aprimoramento da gestão dos recursos hídricos na região,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

595 seguido de outros dois encontros em 2018 e um
em 2019, que culminaram na aprovação, por
representantes das Secretarias Executivas dos
CBHs e das Diretorias das Agências de Bacias
com atuação na região, de um Plano de Ações
600 Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias
Hidrográficas do Rio Tietê, constituído pela
sistematização das ações consideradas prioritárias
para a integração da atuação dos referidos
colegiados. Em 29/07/19, durante reunião do GT-
605 Rio Tietê, criado no âmbito da Secretaria de
Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São
Paulo (SIMA) para discutir sobre a problemática
do transporte e acúmulo de resíduos sólidos no
rio Tietê (regiões do AT, SMT e PCJ, em
610 particular), do qual participa o secretário-
executivo do CBH-PCJ, foi apresentado o Plano
de Ações, sendo solicitado por dirigentes da
SIMA aos colegiados que o aprovassem visando
sua divulgação em ação de comunicação social a
615 ser veiculada no Dia do Rio Tietê, comemorado
em 22 de setembro. Tendo em vista o atraso na
renovação da composição dos plenários para o
mandato 2019-2021, dado pela suspensão do
processo eleitoral para readequação do Estatuto
620 do CBH-PCJ, exigida judicialmente, o que
impossibilitou a discutir e pautar o assunto
previamente, bem como o prazo solicitado pela
da SIMA para aprovação do plano, foi elaborada
minuta de Deliberação *Ad Referendum*, na qual
625 os presidentes dos Comitês PCJ, no uso de suas
atribuições legais, aprovam o Plano de Ações
Coletivas e Solidárias dos Comitês das Bacias
Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê, constantes
no Anexo I da minuta de deliberação.
630 Terminadas as explicações, o Sr. Moretti
apresentou o conteúdo do Anexo I e abriu a
palavra aos membros para manifestação. O Sr.
Francisco Antonio Moschini, representante do
Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT),
635 apresentou considerações acerca da proposta,
congratulando a postura colaborativa dos CBHs
que compõe a Bacia do Rio Tietê para a melhoria
desse importante corpo d'água, tão importante
para o desenvolvimento do Estado de São Paulo e
640 envolto de conflitos e desafios. O Sr. Alexandre
Luís Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de
Monitoramento Hidrológico (CT-MH),
apresentou uma sugestão de redação, sugerindo
que sejam previstas outras fontes de apoio
645 financeiro para viabilização das propostas, uma
vez que a proposta prevê somente a utilização de

recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
(FEHIDRO) e da cobrança pelo uso dos recursos
hídricos. Com base na sugestão proposta, optou-
650 se por inserir um parágrafo único ao Artigo 1º da
minuta de deliberação com o seguinte texto: “[...]”
Artigo 1º. [...] Parágrafo único. Recomenda-se
que os comitês das bacias hidrográficas da Bacia
do Rio Tietê, para a execução das ações previstas
655 para cada eixo do plano ora aprovado, também
busquem parcerias e outras fontes de recursos
financeiros além do Fundo Estadual de Recursos
Hídricos (FEHIDRO) e da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos [...]”. Após a referida inclusão e
660 não havendo outras manifestações o Sr. Moretti
submeteu a minuta de Deliberação *Ad
Referendum* dos Comitês PCJ nº 328/2019, que
aprova o Plano de Ações Coletivas e Solidárias
dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do
665 Rio Tietê e dá outras providências” à votação,
sendo esta aprovada por unanimidade. **7.
Alteração do Anexo da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 282/2017, de 15/12/2017 –
Formulário “Solicitação de Diária”:** O Sr.
670 Moretti lembrou a todos que no âmbito dos
Comitês PCJ existem duas Deliberações que
trazem regras quanto ao custeio de despesas de
viagem. A Deliberação dos Comitês PCJ nº
282/17, de 15/12/17, estabelece regras para o
675 pagamento de despesas para participação de
membros dos Comitês PCJ em reuniões internas
e externas à sua área de atuação, em território
nacional, e traz metodologia elaborada pelo GT-
Critérios, constituído no âmbito da CT-PL, para
680 regulamentar o pagamento de despesas de
viagens, levando em conta critérios estabelecidos
pela Agência Nacional de Águas (ANA) para a
concessão de diárias a membros de Comitês de
Bacias Hidrográficas e pelo Conselho de
685 Orientação do Fundo Estadual de Recursos
Hídricos (COFEHIDRO) para reembolso de
despesas de hospedagem, alimentação e
transporte com recursos de custeio para a
representantes da sociedade civil em colegiados
690 do SIGRH. A deliberação, além de apresentar
uma série de orientações e condicionantes a
serem consideradas durante todo o processo de
subsídio dos membros, também apresenta quatro
anexos que complementam seu conteúdo, tais
695 como os limites de valores e quantidades e
modelos de solicitação e comprovação de
viagem. Outra deliberação aprovada nesse
contexto é a Deliberação dos Comitês PCJ nº

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

304/18, de 14/12/18, que estabelece regras para
700 participação e custeio de membros dos Comitês
PCJ em reuniões e eventos internos e externos à
sua área de atuação, em território nacional, que
dá maior ênfase ao custeio para participação de
eventos externos, levando em consideração
705 critérios aprovados para a participação de
membros no Encontro Nacional de Comitês de
Bacias Hidrográficas (ENCOB), durante a 59ª
Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), e os procedimentos
710 aprovados na Deliberação dos Comitês PCJ nº
282/2017, supramencionada. Tais despesas são
custeadas com recursos financeiros oriundos das
cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas
Bacias PCJ, sendo todo o processo administrativo
715 operacionalizado por equipe específica da
Agência das Bacias PCJ. Nesse sentido, mediante
um processo de atualização de tecnologias e
softwares em diversos setores da Agência das
Bacias PCJ, visando ao aprimoramento dos
720 sistemas de tecnologia da informação, o qual
também envolveu os procedimentos operacionais
de gerenciamento de diárias, verificou-se a
necessidade da atualização do Anexo III da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, de
725 15/12/17, que estabelece o modelo de
requerimento de solicitação de diárias, visando
atender a recomendação da Assessoria de
Tecnologia da Informação da Agência. Após
explicações iniciais, o Sr. Moretti passou a
730 palavra ao Sr. Rodolfo Bassani, analista técnico
da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão
de Recursos Hídricos (CASGRH) da Agência das
Bacias PCJ, que detalhou sobre as mudanças
implementadas no novo formulário, como a
735 adição de campos cadastrais exclusivos para
deslocamento aéreo, por exemplo. Concluídas as
explicações, o Sr. Moretti abriu a palavra aos
membros para manifestações. O Sr. Miguel
Milinski, representante da Associação Amigos do
740 Horto Florestal “Navarro de Andrade”
(AAMHOR), questionou se a minuta de
deliberação passará para aprovação dos plenários.
O Sr. Moretti esclareceu que devido à urgência
da aprovação do formulário, o assunto será
745 aprovado pela CT-PL como Deliberação *Ad
Referendum*. Não havendo outras considerações,
submeteu a minuta de Deliberação *Ad
Referendum* dos Comitês PCJ, que altera o
Anexo III da Deliberação dos Comitês PCJ nº
750 282/2017, que trata do Formulário de

“Solicitação de Diárias” para pagamento de
despesas para participação de membros dos
Comitês PCJ em reuniões internas e externas à
sua área de atuação, em território nacional à
755 votação, sendo aprovada por unanimidade. **8.
Apreciação de atualização das regras
operativas da PCH Americana (CPFL), no Rio
Atibaia:** O Sr. Moretti lembrou a todos que
durante a 22ª Reunião Ordinária dos Comitês
760 PCJ, realizada em 14/12/19, em Rio das
Pedras/SP, foi aprovado Parecer Técnico da CT-
MH sobre consulta de regras operativas para as
Pequenas Centrais Hidrelétricas da CPFL
Renováveis Usina Jaguari, no Rio Jaguari, Usina
765 Salto Grande, no Rio Atibaia, e Usina
Americana, no Rio Atibaia, por meio da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 310/2018, de
14/12/18. Nesse sentido, o Sr. Moretti informou
que a CPFL Renováveis encaminhou consulta
770 aos Comitês PCJ, por meio da Carta nº 314/2019
– CPFL – R/MA-OP, recebida em 12/07/19,
solicitando análise referente a nova proposta de
política operativa da PCH Americana/CPFL
Renováveis, no Rio Atibaia. Informou também
775 que a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ
demandou à Câmara Técnica de Monitoramento
Hidrológico (CT-MH), por meio do ofício dos
Comitês PCJ nº 076/19, de 16/07/19, a
apreciação sobre as propostas de alteração
780 apresentadas. O assunto foi apreciado na 197ª
Reunião Ordinária da CT-MH, realizada em
02/08/19, em Americana/SP, quando
representantes da CPFL Renováveis explanaram
sobre as propostas de políticas operativas e
785 prestaram esclarecimentos. A CT-MH, nesta
reunião, entendendo que a análise necessitava ser
aprofundada, demandou ao Grupo Técnico Rede
de Monitoramento (GT-Rede) a tarefa de discutir
e elaborar um parecer técnico sobre o assunto. O
790 Sr. Moretti acrescentou que os membros do GT-
Rede se reuniram no município de Campinas/SP,
em 12/08/19, com a presença de convidados da
CT-MH e da CPFL Renováveis, onde foram
discutidos: detalhes técnicos sobre a referida
795 usina; ocorrências históricas; a regra vigente;
metodologias de medição de vazões e de nível;
transparência das informações; entre outros
aspectos envolvendo o tema. Tais discussões
subsidiaram a elaboração, pelo GT-Rede, da
800 minuta de parecer técnico “Análise de Proposta
de Alteração na Política Operativa da PCH
Americana/CPFL Renováveis”, encaminhada à

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

805 CT-MH, apreciada em sua 198ª Reunião Ordinária da CT-MH, realizada em Paulínia/SP, em 04/09/19, e aprovada por unanimidade. O parecer fornece subsídios às análises e autorizações referentes às competências da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), conforme disposto na Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 336, de 20/02/17. Finalizadas tais considerações iniciais, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Alexandre Luís Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que apresentou, em detalhe, o conteúdo do Parecer Técnico. Quanto às regras operativas, o Sr. Alexandre informou que a Condição 1 prevê que haja paralisação do processo de geração de energia e que operações com vazões defluentes iguais às vazões afluentes sejam mantidas pelo vertedouro controlado por comporta da PCH, quando a vazão média diária afluyente registrada no posto Rio Atibaia acima de Paulínia (D4-120T/4D-009T) resultar em 12,0 m³/s ou inferior. Quando a vazão média diária afluyente registrada no posto Rio Atibaia acima de Paulínia (D4-120T/4D-009T) for superior a 12,0 m³/s, a Condição 2 prevê que o escoamento da vazão afluyente se dê prioritariamente pelas unidades geradoras. Também prevê, em caso de indisponibilidade das unidades geradoras, que a vazão seja plenamente restituída pela abertura imediata das comportas do vertedouro. Essas margens foram estabelecidas visando evitar variações drásticas a jusante durante a interrupção da geração nas usinas. O parecer também recomenda que a CPFL Renováveis emita comunicados quando das operações de partida e parada das máquinas, informando níveis de operação e possíveis ocorrência a serem registradas. Estes comunicados deverão ser direcionados à Sala de Situação PCJ, Coordenação CT-MH/PCJ, principais usuários a jusante e órgãos gestores. Por fim, o Sr. Moretti salientou que, mediante o recebimento em 08 de outubro, da Carta nº 404/2019 – CPFL-R/MA-OP, na qual a CPFL Renováveis solicita a aprovação da regra operativa em questão o mais breve possível, visando operacionalizar a geração e a produção de energia com a nova regra, o assunto foi submetido como proposta de deliberação *ad referendum* à apreciação da CT-PL, devendo, caso aprovada pela câmara técnica

855 e emitida, ser referendada pelos plenários na próxima reunião dos Comitês PCJ, prevista para dezembro de 2019. Após explicações, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros para manifestações. O Sr. Paulo S. Tinel, Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), informou que o Sr. Luís Filipe Rodrigues, Secretário da CT-MH, participou no dia 05 de setembro de uma visita técnica na UHE Salto Grande (Rio Paranapanema, Município de Salto Grande/SP), em que foi apresentado o processo para controle de plantas aquáticas pelo método de alteração de faixa operativa. O método tem demonstrado resultados promissores e no momento está sendo estudada a possibilidade de aplicação em outras PCHs como a de Americana. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), apresentou considerações defendendo a importância deste reservatório para garantia do suprimento hídrico dos usuários da região, reconhecendo os avanços na construção de regras operativas para melhoria da gestão das PCHs. A Srª. Teresa Cristina Moura Penteado, representante do Movimento Resgate o Cambuí, informou que está registrando as reuniões por meio de vídeos e disponibilizando em canal específico do Movimento na internet. Também solicitou que as informações aprovadas pelas Câmaras Técnicas para assuntos como esses fossem disponibilizadas em um prazo maior. O Sr. Moretti esclareceu que todas as informações são enviadas cumprindo prazo regimental estabelecido. Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti submeteu a minuta de Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 330/2019, que aprova Parecer Técnico da CT-MH sobre consulta quanto à Política Operativa da PCH Americana/CPFL Renováveis instalada no rio Atibaia à votação, sendo aprovada por unanimidade. **9. Encaminhamentos quanto às consultas realizadas à ANA e à SUPRAM sobre o empreendimento CGH Camanducaia, em Camanducaia/MG:** O Sr. Moretti informou que durante a 75ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), realizada em 05/07/19, em Rio Claro/SP, foi trazido o informe pelo ex-secretário executivo do CBH-PJ1, Sidney José da Rosa, sobre um empreendimento em fase final de licenciamento e obtenção de outorga de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

910 direito de uso de recursos hídricos, denominado
“Central Geradora Hidrelétrica – CGH
Camanducaia”, destinado à geração hidrelétrica,
a ser instalado em Camanducaia/MG. Na ocasião,
os representantes do CBH-PJ1 solicitaram apoio
da CT-PL no acompanhamento da questão, sendo
sugerido como encaminhamento que fossem
levantadas mais informações acerca do
empreendimento junto à Superintendência
Regional de Meio Ambiente (SUPRAM),
responsável pelo licenciamento ambiental, e à
Agência Nacional de Águas (ANA), responsável
pela emissão da outorga de uso de recursos
hídricos. Nesse sentido, a Secretaria Executiva
dos Comitês PCJ enviou o Ofício Comitês PCJ nº
81/19, solicitando à SUPRAM o
encaminhamento de informações e cópia de
documentos referentes ao processo de
licenciamento ambiental, e o Ofício Comitês PCJ
nº 82/19, solicitando à ANA o envio de
informações e cópia de documentos referentes ao
processo de outorga de direito de uso de recursos
hídricos para o referido empreendimento. Em
resposta aos ofícios, a SUPRAM encaminhou
uma série de documentos, os quais foram
disponibilizados aos membros previamente, com
destaque aos formulários de identificação do
empreendedor e empreendimento e ao certificado
que concede as Licenças Ambientais (Licença
Prévia, Licença de Instalação e Licença de
Operação), prevendo o cumprimento de medidas
de controle ambiental e condicionantes.
Verificou-se que este empreendimento não
necessitou de um Estudo de Impacto Ambiental e
de respectivo Relatório de Impacto Ambiental
(EIA/RIMA), por não ser considerado como
muito impactante, passando então por um
processo de licenciamento simplificado. Os
documentos recebidos da ANA confirmaram a
emissão de outorga preventiva em favor da
Ecopower Empreendimentos de Energia Ltda
para a CGH Camanducaia, publicada no Diário
Oficial da União (DOU) em 23/01/19. Tendo em
vista as informações recebidas, pode-se constatar
que o empreendimento em questão, com a
finalidade de aproveitamento hidroelétrico, é
considerado de baixo impacto. Possui volume de
reservatório de 5.000 m³, nível d'água normal a
montante de 980 metros, vazão máxima
turbinada de 4,27 m³/s, vazão mínima
remanescente a ser mantida no trecho de vazão
reduzida de 0,149 m³/s e operação a fio d'água,

960 com vazões defluentes, após a restituição da casa
de força, iguais às vazões afluentes. O
empreendimento foi devidamente licenciado e
outorgado pelos órgãos gestores. Contudo, não
foi realizada qualquer comunicação aos Comitês
PCJ (federal e mineiro, em particular).
965 Concluídas as explicações o Sr. Moretti
questionou aos membros sobre quais poderiam
ser os próximos passos com relação a este
assunto. Foram feitas diversas manifestações
pelos membros, ponderando entre a questão do
baixo impacto do empreendimento e a
possibilidade de outros novos pequenos
empreendimentos na região, o que poderia
começar a impactar de alguma forma o Sistema
Cantareira, sendo necessário discutir regras
operativas para evitar esse cenário. Também se
levantou a possibilidade de resistência da
população, visto que a região tem grande
potencial turístico. Avaliou-se que a falta de
comunicação por parte dos órgãos gestores aos
Comitês foi justificada em pela caracterização do
empreendimento como de baixo impacto. Com
base nas sugestões e comentários realizados,
foram acordados os seguintes encaminhamentos:
a) verificar a possibilidade de discutir junto à
ANA e o empreendedor a definição de regras
operativas para essa PCH, nos moldes do que tem
sido trabalhado nos Comitês PCJ, conciliando a
geração de energia com o menor ônus possível
aos usuários a jusante; b) solicitar aos órgãos
gestores – SUPRAM e ANA – que se consulte
antecipadamente os Comitês PCJ quanto às
próximas instalações de PCHs e CGHs na região.
Essas solicitações serão feitas por meio de ofício
da diretoria dos Comitês PCJ. **10. Manifestação
referente à implantação do empreendimento
“Central de Distribuição de Logística” na
bacia do Ribeirão Piraí, em Cabreúva/SP:** O
Sr. Moretti informou que a Secretaria Executiva
dos Comitês PCJ recebeu o Ofício ADM nº
292/2019 – dm, da Câmara de Vereadores do
município de Salto/SP, encaminhando o
Requerimento nº 237/19, de autoria do Vereador
Divaldo Aparecido dos Santos “Garotinho”,
solicitando a manifestação de órgãos e
colegiados, dentre eles o CBH-PCJ, sobre a
instalação de uma Central de Distribuição de
Logística (CDL), com área de 150.000 m², a ser
construída no município de Cabreúva, em Zona
de Conservação Hídrica da Área de Proteção
Ambiental de Cabreúva, às margens do Ribeirão

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL

Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

- Pirai. O requerimento apresenta uma série de considerações externando as preocupações do município de Salto/SP, com relação aos impactos e possível degradação ambiental advindos da construção do empreendimento, dentre as quais salienta-se a preocupação quanto a conservação dos recursos hídricos, visto que o a captação para o abastecimento do município de Salto/SP, fica a jusante do local onde será instalado o empreendimento, podendo comprometer de alguma forma a qualidade da água. Após exposições iniciais, o Sr. Moretti passou a palavra para Sr^a. Rosimeire Timporim, Secretária de Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos de Cabreúva/SP, representante da Prefeitura Municipal, para esclarecimentos quanto à visão do município acerca do empreendimento em questão. A Sr^a. Rosimeire informou que, devido ao município de Cabreúva estar completamente abrangido em Área de Proteção Ambiental (APA Cabreúva), um tipo de unidade de conservação de uso sustentável, conforme definições estabelecidas pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei Federal nº 9.985/2000), todos os empreendimentos passam pela análise da CETESB, com o acompanhamento do município, onde são adotados procedimentos atendendo rigorosamente os critérios e limitações estabelecidas no Decreto Estadual nº 43.284/1998, que institui a APA em questão. Dentre os critérios e limitações trazidas pelo decreto, há a previsão da instalação de apenas empreendimentos de baixo impacto de poluição, dentro do qual o empreendimento em questão se enquadra, havendo outros de porte semelhante licenciados e devidamente em funcionamento no município. Também esclareceu que o processo de licenciamento ambiental está apenas se iniciando, e que estão sendo feitas as devidas análises pelos órgãos gestores. Caso aprovado, o projeto passará pelos colegiados competentes que gerenciam a APA e também por audiência pública, seguindo os tramites para sua completa autorização. Salientou que o município, juntamente com o Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (Consórcio Pirai), do qual Cabreúva/SP, Itu/SP, Indaiatuba/SP e Salto/SP fazem parte, estão alinhando para a construção de uma nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) para tratamento terciário das águas a serem lançadas a montante da futura barragem do Ribeirão Pirai. Por fim, encerrou sua fala colocando a Prefeitura Municipal à disposição para outros esclarecimentos. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros para considerações. O Sr. Francisco Antônio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT) e do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (Consórcio Pirai), apresentou considerações acerca da fala da Sr^a. Rosimeire, informando que este tipo de empreendimento, por sua característica de armazenamento e distribuição de mercadorias, não se apresenta como empreendimento que venha trazer impactos ambientais significativos ao município de Salto/SP. O Sr. Petrus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra, questionou sobre um dado disposto nos documentos quanto aos impactos gerados no escoamento pluvial, visto o tamanho da área a ser impermeabilizada com a construção do empreendimento, que poderia afetar de alguma forma a capacidade do barramento do Ribeirão Pirai. O Sr. Moretti lembrou que aspectos relacionados ao escoamento pluvial não são objeto de manifestação dos Comitês PCJ, visto que é uma questão de planejamento urbano, ligada ao georreferenciamento e zoneamento territorial, a serem observados pela gestão local do município. A Sr^a. Rosimeire complementou que o decreto da APA Cabreúva, estabelece que empreendimentos acima de 2.000 m² de construção devem manter 50% de permeabilidade, acima do que geralmente é exigido em outros municípios. O Sr. Moretti questionou se o empreendimento havia dado entrada nos órgãos ambientais e se seria um empreendimento passível de apresentação de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental) para obtenção de licenças ambientais. A Sr^a. Maria da Penha Alencar, representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), esclareceu que o empreendimento encontra-se em processo de licenciamento ambiental, no âmbito do qual houve a formalização da entrada de documentos iniciais em agosto de 2019 e que ainda estão sendo solicitadas complementações e consultas ao empreendedor para esclarecimentos, afim de subsidiar as análises quanto ao projeto. Também esclareceu que o tipo de empreendimento não é passível de elaboração de EIA/RIMA, e que pode inclusive não ser passível de licenciamento pela CETESB, tendo em vista

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)
Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT-PL
Centro de Conhecimento da Água – Campinas/SP – 06/09/2019 – 9h30min

- 1115 suas características. Contudo, tal fato não desobriga o empreendedor a consultar o órgão ambiental estadual, pois é necessário que sejam atendidas as exigências previstas no decreto da APA. Com base nas manifestações levantadas,
- 1120 foi levantada a proposta do envio de um ofício em resposta ao vereador de Salto, manifestando pelo aguardo da análise e emissão de pareceres dos órgãos ambientais, tendo em vista a legislação vigente aplicável, sendo esta aprovada
- 1125 pelos membros por unanimidade. **11. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti
Coordenador da CT-PL